



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 25/2023

Período: 15/07/2023 - 21/07/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Cúpula do PT abandonou proposta de uma Conferência de Defesa e Forças Armadas
- 2- Presidente Lula comentou decisão do MEC sobre escolas cívico-militares
- 3- Tenente-coronel do Exército ficou em silêncio na CPMI do 8 de janeiro
- 4- Historiador defendeu a reforma da formação militar
- 5- Exército pretende construir novo hospital militar próximo a área de conservação ambiental
- 6- Exército decidiu comprar drones kamikazes
- 7- Lula entregou Medalha Mérito Santos Dumont em evento da FAB
- 8- Diretoria de área nuclear da Marinha foi transferida do Rio de Janeiro para São Paulo
- 9- Acordo para venda de blindados à Argentina foi vetado pelo governo

1- Cúpula do PT abandonou proposta de uma Conferência de Defesa e Forças Armadas

De acordo com reportagens publicadas nos jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, durante reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), a cúpula do partido decidiu abandonar a proposta de convocar uma Conferência de Defesa e Forças Armadas. Um documento elaborado pelo colegiado fez uma avaliação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e recomendou intensificar a pressão sobre o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. A reportagem do *Correio Braziliense* destacou que o único voto contrário foi do professor Valter Pomar, que fez duras críticas em seu blog. *O Estado de S. Paulo* mencionou que, ao final da votação, não houve discussão sobre o assunto dos militares, abandonando assim a ideia de convocar uma Conferência de Defesa e Forças Armadas durante o encontro. Essa demanda tem sido solicitada por acadêmicos e entidades da sociedade civil. O secretário-geral do partido e ex-deputado federal Henrique Fontana optou por não comentar as declarações de Pomar. Fontana afirmou que o tema não estava previsto e havia outros assuntos a serem discutidos na reunião do diretório do PT. *O Estado* também publicou reportagem com a avaliação da professora de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Adriana Marques, que apontou que o Ministério da Defesa nunca participou de nenhuma conferência civil, o que evidencia que o debate sobre a

política e a estratégia nacional nessa área é restrito aos militares. Ela observou que a participação externa nesse debate é bastante limitada. Em resposta a questionamentos, o Ministério da Defesa afirmou que a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN) são os documentos estratégicos mais relevantes no país no que diz respeito à defesa nacional. Acrescentou também que as atualizações da PND e da END são conduzidas pelo próprio ministério, contando com a participação de outras pastas, acadêmicos e cidadãos. No entanto, Marques ressaltou que essas discussões são predominantemente conduzidas pelas Forças Armadas, e que faltam debates prévios e organizados no Brasil sobre nossa política e estratégia de defesa, assim como o papel e o tamanho das Forças Armadas. (Correio Braziliense - Política - 15/07/23; O Estado de S. Paulo - Política - 15/07/23)

2- Presidente Lula comentou decisão do MEC sobre escolas cívico-militares

De acordo com notícias publicadas nos periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, em 14/07/2023 o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que o Ministério da Educação (MEC) não é obrigado a se responsabilizar pelas escolas cívico-militares, o que foi um dos motivos para o ministro da Educação, Camilo Santana, anunciar o fim desse modelo de ensino. Segundo o *Correio Braziliense*, Santana rebateu uma série de informações falsas sobre o encerramento do programa durante uma audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Ele enfatizou que os estudantes não serão prejudicados e que o MEC realizará uma transição de modelos para adaptar a comunidade escolar às mudanças. O ministro também ressaltou que a disparidade salarial entre os militares e os educadores da rede pública foi outro ponto considerado pela equipe do MEC para recomendar o fim das escolas cívico-militares. Os professores nessas instituições chegam a receber mais de R\$ 9 mil, além de benefícios, em comparação com uma média de R\$ 5 mil dos demais profissionais da rede. Segundo o *Correio Braziliense*, durante a audiência, Santana refutou uma informação incorreta apresentada pelo deputado federal Gustavo Gayer, de Goiás, que usou um dado falso para enaltecer a suposta qualidade das escolas cívico-militares. Segundo editorial publicado pela *Folha*, o que as pesquisas mostram é que o bom desempenho das escolas militares e cívico-militares é justificado mais pelo nível socioeconômico dos alunos, processos seletivos e dinheiro investido do que pela rígida disciplina militar, com o aumento dos indicadores de aprendizado das escolas quando o Estado gasta com infraestrutura, material didático, e capacitação de professores. Conforme reportagem da *Folha de S. Paulo*, no início de 2023 o governo encerrou uma subsecretaria que havia sido criada durante a gestão do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, para lidar com o tema. O ministro Camilo Santana já havia indicado sua discordância com a medida, mas ainda estava pendente a definição sobre o destino das escolas que já adotavam esse modelo. Nessas instituições, militares da reserva, policiais militares e bombeiros atuavam na administração escolar. Ao contrário das escolas militares exclusivas, que são totalmente gerenciadas pelo Exército, nesse modelo as secretarias de Educação continuam sendo responsáveis pelo currículo escolar, mas os estudantes precisam usar uniformes e seguir regras estabelecidas pelos militares. Em coluna opinativa à *Folha*, o jornalista Elio

Gaspari afirmou que a decisão tomada pelo ministro é “onipotente e inócua” e defendeu a realização de avaliações pedagógicas dessas escolas com o objetivo de mensurar a qualidade do ensino e justificar o fim do programa. Para Gaspari, a “canetada” do MEC “servirá apenas para agravar polarizações políticas”. Em editorial, a *Folha* também considerou que a medida foi inócua, porém pontual no sentido da desmilitarização e sensata por deixar de incentivar uma política pública que “carece de respaldo pedagógico e científico”. (Correio Braziliense - Política - 15/07/23; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 15/07/23; Folha de S. Paulo - Política - 16/07/23; Folha de S Paulo - Opinião 18/07/23)

3- Tenente-coronel do Exército ficou em silêncio na CPMI do 8 de janeiro

Em coluna opinativa publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Alvaro Costa e Silva abordou o comparecimento do tenente-coronel do Exército Mauro Cesar Barbosa Cid à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos de 8 de janeiro de 2023. Segundo o autor, mesmo vestindo a farda e os adornos do Exército, Cid parecia nu em termos de defesa. Seu direito de permanecer em silêncio e não produzir provas contra si mesmo não teria funcionado como estratégia. Preso desde maio, o principal ajudante de ordens de Jair Bolsonaro teria exibido sua culpa através das mãos trêmulas, expressões faciais e até mesmo pelo piscar dos olhos. Costa e Silva comentou que Cid poderia ao menos ter demonstrado algum sentimento de vergonha. Uma reportagem do periódico *Folha de S. Paulo* informou que a CPMI enviou à Justiça uma representação contra o depoente por “abuso do direito ao silêncio”, alegando que o coronel atuou “em detrimento do adequado funcionamento do inquérito parlamentar”. Dentre as intervenções citadas na representação, segundo o jornal, esteve uma pergunta sobre a idade do militar, formulada pela deputada federal Jandira Feghali, do partido PCdoB, frente à qual Cid decidiu permanecer em silêncio. O periódico informou também que o procurador da República Caio Vaez Dias, do Ministério Público Federal (MPF), rejeitou a representação sob a alegação de que as perguntas dirigidas ao militar foram, “em sua quase totalidade, amparadas em provas colhidas em investigações em andamento”, não sendo possível afirmar abuso do direito ao silêncio. (Folha de S. Paulo - Opinião - 15/07/23; Folha de S. Paulo - Política - 21/07/23)

4- Historiador defendeu a reforma da formação militar

Em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, o historiador e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Daniel Aarão Reis defendeu a reforma da formação militar. Segundo o historiador, desde o fim da Ditadura Militar (1964-1985), não houve uma reformulação da concepção e do projeto para as Forças Armadas e, por isso, muitos militares “se consideram ‘anjos da guarda’ da República”. Para Aarão Reis, embora isso não queira dizer que a democracia brasileira está sempre “na iminência de um golpe”, significaria sim que o país está “sujeito às interferências dos militares” devido a essa doutrina militar. Assim, o docente defendeu a transformação qualitativa das academias e cursos militares para que seja possível “repensar o papel das Forças Armadas no contexto democrático”. (Correio Braziliense - Política - 16/07/23)

5- Exército pretende construir novo hospital militar próximo a área de conservação ambiental

De acordo com reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, o Exército pretende construir um novo hospital militar em Brasília, em um local situado a um quilômetro de uma área de conservação ambiental. Segundo o jornal, um estudo interno dos militares apontou “linhas de ação possíveis [para] evitar o processo de licenciamento ambiental” durante a construção do hospital. Em resposta, o Exército afirmou que “o novo hospital deve ter como diretriz a promoção da sustentabilidade”. O pedido de isenção do licenciamento ambiental ainda não foi formalizado. (Folha de S. Paulo - Política - 16/07/23)

6- Exército decidiu comprar drones kamikases

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Exército brasileiro decidiu comprar drones kamikazes, também chamados de “munição vagante” ou munição remotamente pilotada, iguais aos usados na guerra da Ucrânia. A intenção de compra foi divulgada pela revista Tecnologia & Defesa e confirmada pelo jornal, tendo sido publicado no dia 12/07/2023, pela Comissão do Exército Brasileiro em Washington (CEBW), um requerimento para receber cotações de preço de fabricantes, tanto nacionais quanto internacionais, para o fornecimento de dois tipos de drones, um de curto alcance e outro de longo alcance, com capacidade para destruir objetos múltiplos, blindados e tanques. Os fabricantes interessados também serão responsáveis por providenciar um simulador e treinamento de três semanas no Brasil para dez operadores – cinco para cada tipo de drone - antes da compra efetiva. Segundo o jornal, as cotações fazem parte do Estudo Técnico Preliminar (ETP) que determinará a viabilidade da transação para que o Exército possa prosseguir ou não com o processo, qual será o modelo adotado em suas unidades e se o Brasil terá ou não um projeto próprio para a produção de munição, que pode ser produzida nacionalmente ou por meio de uma parceria internacional, não havendo uma previsão de quanto será gasto com a aquisição. A reportagem ainda ressaltou a declaração do Exército de não haver “qualquer projeto para desenvolvimento de MRP (munições remotamente pilotadas) no âmbito do Exército Brasileiro”. Ainda segundo *O Estado*, em agosto haverá um simpósio no Comando Militar do Sul (CMS) que discutirá o emprego dos drones no campo de batalha, sendo necessário definir se os drones serão operados por unidades de artilharia de campanha ou também pelas de cavalaria e de infantaria que estiverem operando em zonas de contato com o inimigo. A tendência seria de que a solução adotada seja um meio-termo, podendo ser adotadas ambas as possibilidades de acordo com a missão pretendida. (O Estado de S. Paulo - Política - 18/07/23)

7- Lula entregou Medalha Mérito Santos Dumont em evento da FAB

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a Força Aérea Brasileira (FAB) realizou, em 20/07/2023, uma homenagem aos 150 anos do nascimento de Alberto Santos Dumont, inventor do avião. No evento, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), entregou a Medalha Mérito Santos Dumont ao vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), aos ministros Vinícius Marques, da Controladoria-Geral da União; Rui

Costa, da Casa Civil; Márcio França, de Portos e Aeroportos; Nísia Trindade, da Saúde; Simone Tebet, de Planejamento e Orçamento; Camilo Santana, da Educação e Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência, além do advogado-geral da União, Jorge Messias. O periódico relatou que, segundo a FAB, a medalha é entregue a “civis e militares com qualidades, valores ou destacados serviços prestados à Aeronáutica”. A reportagem também registrou que Lula não discursou e que a homenagem contou com exibição de aeronaves brasileiras e demonstração da esquadrilha da fumaça. (Correio Braziliense – Política – 21/07/23)

8- Diretoria de área nuclear da Marinha foi transferida do Rio de Janeiro para São Paulo

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a sede da Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha, no estado do Rio de Janeiro, foi transferida em 18/07/2023 para o Complexo do Centro Tecnológico da Marinha, no campus da Universidade de São Paulo (USP), na capital paulista. O objetivo da transferência, segundo a Marinha, é ficar mais próxima a centros de produção de alta tecnologia, laboratórios e núcleos de pesquisa de universidades, além de aproximar a diretoria do Centro Industrial Nuclear de Aramar e do Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica, sediados em Iperó, no estado de São Paulo. O periódico ressaltou que a diretoria continuará com representação no Rio de Janeiro, onde permanecem o Centro Tecnológico da Marinha, o Centro de Análises de Sistemas Navais, o Instituto de Pesquisas da Marinha e o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira. (Folha de S. Paulo – Política – 21/07/23)

9- Acordo para venda de blindados à Argentina foi vetado pelo governo

Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, a jornalista Eliane Cantanhêde comentou o recuo do governo em financiar a venda de 156 blindados Guarani, produzidos pela empresa privada Iveco, por cerca de R\$ 10 milhões cada, para a Argentina. Segundo a colunista, foi uma vitória do ministro da Economia, Fernando Haddad, sobre o Ministério da Defesa, o Exército e o Ministério das Relações Exteriores. Segundo a jornalista, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), via o acordo como positivo para a indústria de defesa, para a aproximação com a Argentina e para a busca por protagonismo internacional, porém foi alegado que os argentinos não teriam dinheiro nem garantias, havendo risco do Brasil arcar com o calote. A colunista pontuou, porém, que apesar do recuo no acordo, Lula se mantém firme no objetivo de reconciliar seu governo com as Forças Armadas, tendo como figura central o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro. Cantanhêde citou como exemplo a extensão do Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA) de São Paulo para o Ceará, com cursos como Engenharia da Computação e Engenharia da Aviação, o que deverá ter impacto nas famílias da região Nordeste e do estado do Ceará, além da qualificação de pessoal e economia locais. Ao fim, a jornalista ressaltou que “educação sempre será melhor que blindados”. (O Estado de S. Paulo – Política – 21/07/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Manuela de Jesus Brasil

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Vinícius de Albuquerque Damasceno
Vinícius Menezes Aguiar